



CORPO, TERRITÓRIO E RESISTÊNCIA NA LITERATURA DE KAMBEBA: O FEMINISMO DECOLONIAL NO POEMA “TERRITÓRIO ANCESTRAL”

*BODY, TERRITORY AND RESISTANCE IN KAMBEBA'S LITERATURE:
DECOLONIAL FEMINISM IN THE POEM "ANCESTRAL TERRITORY"*

DOI: 10.5281/zenodo.20674550



*Eneida Pontes do Espirito Santo*¹

*Luane Ster Sousa dos Santos*²

*Maria da Luz Lima Sales*³

RESUMO

O presente trabalho aborda a literatura indígena contemporânea no Brasil como prática estética, política e epistemológica de resistência, destacando o poema “Território Ancestral” da poeta indígena Márcia Kambeba. O texto poético toma como foco o corpo, a terra e a memória, que se articulam sob a perspectiva do feminismo decolonial e das Epistemologias do Sul, questionando a colonialidade de gênero e o apagamento de saberes indígenas. O objetivo geral é compreender como o poema ressignifica os conceitos de corpo-território, feminismo decolonial e memória ancestral, contribuindo para afirmar a literatura indígena como espaço de fala e produção de conhecimento. Metodologicamente, a pesquisa adota a abordagem qualitativa, baseada em revisão integrativa da literatura e análise interpretativa do poema, dialogando com autoras como Federici, Lugones e Spivak, além de Boaventura de Sousa Santos. Conclui-se que o poema em pauta transforma a dor colonial em voz-práxis coletiva, deslocando o “eu” para o “nós” enquanto reivindica o território como fundamento ontológico da existência indígena. A obra afirma o corpo da mulher indígena como território sagrado de resistência e reexistência, contribuindo para a descolonização dos corpos, dos saberes e das narrativas.

1 Graduanda do Instituto Federal do Pará – IFPA. E-mail: eneidapontesanto@gmail.com.

2 Graduanda do Instituto Federal do Pará – IFPA. E-mail: luane.ster.santos29@gmail.com.

3 Doutora em Ciências da Educação pela Universidade de Évora, professora do Instituto Federal do Pará – IFPA. E-mail: maria.luz@ifpa.edu.br.





Palavras-chave: Literatura Indígena; Corpo-território; Feminismo Decolonial; Resistência.

ABSTRACT

This paper addresses contemporary Indigenous literature in Brazil as an aesthetic, political, and epistemological practice of resistance, focusing on the poem “Ancestral Territory” by the Indigenous poet Márcia Kambeba. The poetic text centers on the body, the land, and memory, which are articulated from the perspective of decolonial feminism and the Epistemologies of the South, questioning the coloniality of gender and the erasure of Indigenous knowledge. The general objective is to understand how the poem redefines the concepts of body-territory, decolonial feminism, and ancestral memory, contributing to the affirmation of Indigenous literature as a space of enunciation and knowledge production. Methodologically, the research adopts a qualitative approach, based on an integrative literature review and an interpretive analysis of the poem, engaging with authors such as Federici, Lugones, and Spivak, as well as Boaventura de Sousa Santos. It concludes that the poem in question transforms colonial pain into collective voice-praxis, shifting from “I” to “we” while reclaiming the territory as the ontological foundation of Indigenous existence. The work affirms the Indigenous woman’s body as a sacred territory of resistance and re-existence, contributing to the decolonization of bodies, knowledges, and narratives.

Keywords: Indigenous Literature; Body-Territory; Decolonial Feminism; Resistance.

1. INTRODUÇÃO

A literatura indígena contemporânea no Brasil tem promovido uma inflexão significativa nos paradigmas tradicionais da literatura e da produção do conhecimento. Esse fenômeno ultrapassa a mera inserção de novos autores no cânone literário, configurando-se como uma reestruturação profunda dos regimes de enunciação, na qual sujeitos historicamente silenciados passam a ocupar o lugar de fala, de autoria e de produção epistemológica. Nesse contexto, os povos indígenas deixam de figurar como objetos de representação para se afirmarem como sujeitos de conhecimento. Conforme destacam Britto et al (2018), trata-se de um movimento que rompe com séculos de invisibilização, convertendo a literatura em um espaço político, no qual escrever constitui simultaneamente um ato de resistência e um processo de cura coletiva.

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)





Tal transformação pode ser compreendida à luz das Epistemologias do Sul, expressão utilizada por Boaventura de Sousa Santos (2019, p. 19), ao afirmar que “não há justiça social global sem justiça cognitiva global”. Essa perspectiva evidencia a necessidade de reconhecer saberes historicamente marginalizados, como os dos indígenas, que foram sistematicamente deslegitimados pelo projeto colonial moderno. Nesse cenário, destaca-se a poeta, educadora e ativista Márcia Wayna Kambeba, pertencente ao povo Omágua-Kambeba.

O poema “Território Ancestral”, pertencente ao livro *Ay kakyri tama (Eu moro na cidade)*, de Kambeba e outros autores (2013), constitui uma síntese dessa proposta estética e política, ao representar o corpo da mulher indígena como espaço simultaneamente violado e sagrado. Essa concepção dialoga diretamente com Silvia Federici (2017, p. 34), ao afirmar que “o corpo das mulheres foi o primeiro território colonizado”, evidenciando como a dominação colonial operou tanto sobre a terra quanto sobre os corpos femininos.

Ademais, a emergência dessa voz poética suscita um questionamento fundamental: quem pode falar e sob quais condições essa fala é reconhecida como legítima? Nesse sentido, Gayatri Spivak (2010, p. 24) problematiza quando afirma que “o subalterno não pode falar”, não por incapacidade, mas porque suas vozes são metodicamente desautorizadas pelas estruturas de poder. Os sujeitos subalternizados têm suas vozes historicamente silenciadas pelas estruturas coloniais de poder. A luta dos povos indígenas pelo território pode, então, ser compreendida também como uma peleja pela recuperação da voz, da memória e da autonomia sobre seus corpos e saberes, elementos fundamentais para a constituição do corpo-território indígena.

Portanto, a escrita da autora insere-se como uma prática de enfrentamento dessa lógica, afirmando a presença e a agência indígena. Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo analisar de que maneira a obra de Kambeba, especialmente o poema “Território Ancestral”, ressignifica os conceitos de corpo-território, feminismo decolonial e memória ancestral, contribuindo para a consolidação da literatura indígena como uma práxis estética, política e epistemológica de resistência.





2. METODOLOGIA

A presente pesquisa possui abordagem qualitativa, fundamentando-se em revisão integrativa da literatura articulada à análise interpretativa do poema “Território Ancestral”, de Márcia Kambeba, e tal abordagem permite compreender o fenômeno em sua complexidade, considerando as dimensões simbólicas, históricas e sociais envolvidas, fundamentando-se em uma revisão da literatura articulada a um estudo interpretativo do poema.

As fontes de busca bibliográfica compreenderam, predominantemente, bases de dados acadêmicas e repositórios institucionais, tais como SciELO, Portal de Periódicos CAPES, Google Scholar, bem como periódicos especializados em literatura, estudos decoloniais e estudos indígenas, com destaque para a revista Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea. Além disso, foram consultadas teses e dissertações disponíveis em programas de pós-graduação em Letras, Educação, Geografia Humana e Ciências Humanas, que abordam sobre literatura indígena contemporânea, corpo-território e feminismo decolonial.

Para a construção da pesquisa, foram utilizados termos em língua portuguesa relacionados ao eixo temático do estudo. Esse vocabulário foi articulado por meio de operadores booleanos, permitindo assim o refinamento das buscas e a ampliação do levantamento bibliográfico. Tal sistematização possibilitou uma cobertura abrangente do estado da arte, sem perder o foco analítico necessário à investigação proposta.

O público-alvo considerado, tanto no processo de seleção da bibliografia quanto na construção analítica, abrange pesquisadores/as, estudantes de graduação e pós-graduação, bem como docentes e demais sujeitos interessados em literatura indígena, estudos de gênero e perspectivas decoloniais. Do ponto de vista epistemológico, a pesquisa volta-se especialmente a interlocutores que atuam no campo das humanidades e das ciências sociais aplicadas, para quem a articulação entre corpo, território e memória, no contexto de lutas indígenas contemporâneas, constitui questão central de investigação e intervenção política.





O marco temporal adotado para a busca e seleção das produções acadêmicas concentrou-se, prioritariamente, no período de 2009 a 2025, tendo como referência a consolidação e difusão das Epistemologias do Sul (Santos, 2009) e o crescimento da produção crítica sobre literatura indígena e feminismo decolonial no Brasil na última década. Foram, entretanto, incluídos textos anteriores a esse recorte quando considerados fundamentais para a fundamentação teórica, como é o caso de obras clássicas de referência no campo do feminismo decolonial e dos estudos sobre corpo e colonização, a exemplo de Federici (2017), Lugones (2014) e Spivak (2010).

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O poema “Território Ancestral” refaz o mapa da resistência feminina indígena, combinando espiritualidade, política, estética e ação. Ele se posiciona como um espaço de reexistência cultural que enfrenta as múltiplas violências coloniais ao mesmo tempo em que celebra a força vital do corpo-território feminino. O texto poético transcende a expressão literária e impulsiona um chamado à descolonização dos corpos, das culturas e das narrativas, fortalecendo as lutas pelos direitos territoriais e pelo reconhecimento das mulheres indígenas enquanto sujeitos históricos e políticos imprescindíveis, como demonstra o poema abaixo (Kambebe, 2013, p. 39):

Território Ancestral

Maá munhã ira apigá upé rikué
Waá perewa, waá yuká
Waá munhã maá putari.

(Tradução)

O que fazer com o homem na vida
Que fere, que mata
Que faz o que quer?

Do encontro entre o “índio” e o “branco”
Uma coisa que não se pode esquecer

**Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social**

**A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)**





Das lutas e grandes batalhas
Para o direito à terra defender.

A arma de fogo superou minha flecha
Minha nudez se tornou escândalo
Minha língua foi mantida no anonimato
Mudaram minha vida, destruíram meu chão.

Antes todos viviam unidos
Hoje, se vive separado.
Antes se fazia o Ajuri
Hoje, é cada um para o seu lado.

Antes a terra era nossa casa
Hoje, se vive oprimido.
Antes era só chegar e morar
Hoje, o território está dividido.

Antes para celebrar uma graça
Fazia-se um grande ritual.
Hoje, expulso da minha aldeia
Não consigo entender tanto mal.

Como estratégia de sobrevivência
Em silêncio decidimos ficar.
Hoje nos vem a força
De nosso direito reclamar.
Assegurando aos tanu tyura
A herança do conhecimento milenar.

Mesmo vivendo na cidade
Nos unimos por um único ideal
Na busca pelo direito
De ter nosso território ancestral.

O que fazer com o homem na vida
Que fere, que mata
Que faz o que quer?

A obra em estudo se insere no campo da literatura indígena contemporânea como uma enunciação poética que articula memória, denúncia e resistência. Sua estrutura discursiva evidencia um movimento que parte da violência colonial para a reconstrução coletiva da

**Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social**

***A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)***





identidade, operando, portanto, como uma prática de reexistência, conceito recorrente nas epistemologias decoloniais.

Desde os primeiros versos, escritos em língua indígena, o poema estabelece uma ruptura com a hegemonia linguística ocidental, afirmando a legitimidade de outras formas de expressão. Essa escolha não é meramente estética, mas profundamente política, pois confronta o histórico apagamento das línguas indígenas, como evidenciado pelas políticas coloniais a exemplo do Diretório dos Índios, em 1758 (Carvalho, 2021). Nesse sentido, a presença da língua indígena no poema constitui um gesto de resistência epistemológica, alinhando-se ao que Boaventura de Sousa Santos (2019, p. 13) denomina de “ecologia de saberes”.

A repetição estrutural do advérbio “antes” ao longo do poema instaura um eixo temporal que contrapõe dois regimes de existência: o tempo da ancestralidade e o tempo da colonialidade. No passado (“antes”), prevalece a coletividade, a harmonia com a terra e a prática comunitária (como o *Ajuri*), enquanto no presente (“hoje”), emergem a fragmentação, a expropriação territorial e a desintegração social. Essa oposição não configura apenas nostalgia, mas uma crítica histórica à ruptura provocada pela colonização, conforme analisado no próximo item.

O verso “A arma de fogo superou minha flecha” (Kambebe, 2013, p. 39) sintetiza a assimetria de poder entre colonizador e povos indígenas, evidenciando a violência material que sustentou a invasão territorial. Ao rememorar os efeitos da colonização sobre os povos originários, a voz poética revela que a perda do território representa também uma agressão à memória coletiva, à espiritualidade e às formas ancestrais de existência. Tal compreensão aproxima-se da reflexão de Kopenawa e Albert (2015, p. 468), segundo a qual “a floresta é nossa casa. É dela que tiramos nossa vida”. Dessa forma, território e existência constituem dimensões indissociáveis, de modo que a invasão das terras indígenas significa igualmente uma tentativa de ruptura dos vínculos culturais e espirituais que sustentam a identidade dos povos originários.





Portanto, essa denúncia de Kambeba estabelece uma significativa intertextualidade com o poema “Erro de Português”, de Oswald de Andrade (1978, p. 177), publicado originalmente em 1925. Nele, o autor mostra que:

Quando o português chegou
Debaixo duma bruta chuva
Vestiu o índio
Que pena!
Fosse uma manhã de sol
O índio tinha despido
O português.

Oswald, através de seu eu lírico, ironiza o processo colonizador ao sugerir que a imposição cultural europeia suprimiu modos originários de existência. De maneira semelhante, Márcia Kambeba evidencia que a colonização não apenas ocupou territórios, mas também silenciou línguas, espiritualidades e corporalidades indígenas. Assim, ambos os textos convergem na crítica à violência civilizatória europeia, embora Kambeba realize essa denúncia a partir de uma escrita de reexistência indígena contemporânea, marcada pela memória ancestral e pela resistência feminina decolonial.

Outro elemento relevante a se destacar é a transformação do sujeito poético ao longo do texto da poeta indígena. Inicialmente, a enunciação aparece marcada por uma experiência individual de perda: “minha nudez”, “minha língua” (Kambeba, 2013, p. 39), mas progressivamente desloca-se para uma dimensão coletiva: “nos unimos por um único ideal” (*Op. cit.*, 2013, p. 39). Essa passagem do “eu” para o “nós” indica a reconstrução de uma consciência comunitária, elemento central nas cosmologias indígenas, nas quais o indivíduo não se dissocia do coletivo.

O momento de inflexão ocorre nos versos “Hoje nos vem a força / De nosso direito reclamar” (Kambeba, 2013, p. 39), em que a voz poética abandona a posição de denúncia passiva e assume um papel ativo de reivindicação. Esse movimento pode ser compreendido à





luz do conceito de “voz-práxis” (Dannere et al, 2018, p. 12), no qual a palavra não apenas representa, mas atua como instrumento de transformação social.

O poema conclui com a reafirmação da centralidade da luta territorial em: “Na busca pelo direito / De ter nosso território ancestral” (Kambeba, 2013, p. 39). Aqui, o território é compreendido não apenas como espaço físico, mas como fundamento da existência, da memória e da continuidade cultural. A reivindicação territorial, portanto, assume um caráter ontológico e político, articulando resistência e sobrevivência.

Spivack (2010, p. 126) afirma que “O subalterno não pode falar”, referindo-se à mulher indiana, porém, pode-se estender a todo aquele que não tem o poder do discurso por ser tratado como inferior aos outros em determinadas sociedades estratificadas. Sob uma perspectiva crítica, ao escrever e performar a poesia, Kambeba não apenas fala, mas produz condições para ser ouvida, desestabilizando os mecanismos de silenciamento.

3.1 Corpo-território Feminino Indígena: Memória, Cidade e Reexistência

A noção de corpo-território que emerge do poema permite estabelecer um diálogo fecundo com as reflexões produzidas por mulheres indígenas em diferentes campos de atuação, evidenciando que o corpo da mulher originária é, simultaneamente, lugar de inscrição da violência colonial e espaço de recriação de mundos. Ao nomear a destruição do “chão” como ruptura vital, Kambeba inscreve na voz poética a percepção de que o território ultrapassa o sentido geográfico, tornando-se base ontológica da existência coletiva. Essa percepção converge com o que Santos et al. (2023, p. 13) denominam de narrativas sobre “identidade, corpo-território e autorreconhecimento”, nas quais as mulheres indígenas afirmam que sua integridade física, espiritual e política está intrinsecamente ligada à integridade da terra que habitam e defendem.

O corpo-território feminino é compreendido como campo de disputa entre projetos antagônicos de mundo. A colonialidade de gênero, conforme problematizada por Lugones





(2014), impôs aos corpos das mulheres indígenas um regime de controle patriarcal e racial que lhes negou humanidade plena e agência política. Federici (2017) associa a expropriação da terra à autonomia do corpo feminino. No poema de Kambeba, essa associação se materializa na sobreposição entre a perda da terra e a violação do corpo nu, convertida em escândalo diante do olhar colonial, mostrada no poema de Oswald já citado. Desse modo, o texto poético kambebio não apenas enuncia uma experiência de violência, porém a insere em um campo mais amplo de disputa histórica e epistemológica.

A perspectiva do corpo-território feminino indígena também se projeta para os espaços institucionais não tradicionais, como a universidade e a cidade, deslocando a discussão para ambientes em que a presença indígena costuma ser tratada como exceção. Ao discutir o “corpo-território indígena mulher nas universidades brasileiras”, Vieira (2022, p. 57) demonstra que o ingresso das mulheres indígenas no ensino superior tensiona tanto as estruturas acadêmicas quanto as normas implícitas de pertencimento, pois seus corpos, saberes e práticas rituais reconfiguram a paisagem institucional. Essa presença, longe de ser meramente simbólica, cria fissuras nas fronteiras do conhecimento hegemônico, abrindo espaço para modos outros de aprender e ensinar que se articulam, diretamente, com a experiência relatada pela autora indígena, especialmente quando afirma a condição de “morar na cidade” sem deixar de se afirmar indígena (Kambeba, 2013).

Cappellari (2022, p. 20) interpreta a produção de Eliane Potiguara e de Márcia Kambeba como formas de “(re)existência”, evidenciando que a escrita dessas autoras não se limita a denunciar, mas institui modos de viver e de sonhar que escapam à lógica fatalista da destruição. Nogueira (2024, p. 153) examina a relação entre educação, ancestralidade e reexistência no poema kambebio e reforça essa dimensão ao mostrar que esta articula ação educativa, memória coletiva e palavra poética como estratégias de sobrevivência e de recriação comunitária. Assim, a reexistência se configura como resposta ativa à violência, em que o corpo-território não apenas resiste, mas inventa continuamente outras formas de estar no mundo.





Britto et al. (2018, p. 191) defendem que o chamado “direito à literatura” precisa ser revisto quando se trata de produção indígena, pois o que está em jogo não é apenas o acesso a um bem cultural, mas a possibilidade de “narrar-se” após séculos de silenciamento, condição indispensável para a recomposição de vínculos comunitários. Em consonância, Graúna (2013, p. 15) destaca que a produção indígena contemporânea instaura “contrapontos” ao imaginário colonial, recolocando mitos, memórias e cosmologias no centro das disputas por sentido.

A reconfiguração da palavra e da voz, tal como operada por mulheres indígenas, amplia as fronteiras do que se compreende por participação política. Danner et al. (2020, p. 12), ao tratarem da “voz-práxis estético-literária”, sugerem que determinadas produções discursivas não se limitam a expressar uma experiência, mas atuam performativamente na realidade social, constituindo-se como práticas de intervenção. A enunciação de Kambeba, especialmente quando se desloca da primeira pessoa do singular para a do plural, exemplifica essa voz-práxis, pois a palavra poética torna-se convocação coletiva, chamando à ação e à retomada de direitos territoriais. Nessa direção, Freitas e Mendes (2023) mostram como experiências decoloniais em diferentes autorias femininas dão corpo a uma fala que não pede permissão para existir, mas se afirma como presença incontornável.

A dimensão urbana da experiência indígena, tematizada por Kambeba, encontra ressonância na reflexão de Krenak (2019, p. 23) sobre o futuro do planeta e a necessidade de “adiar o fim do mundo”. Ao denunciar a lógica extrativista e a ruptura com a terra como matrizes da crise ambiental, o autor propõe que escutar os povos indígenas é condição para reencontrar caminhos de equilíbrio. No caso de “Território Ancestral”, a presença na cidade não significa assimilação plena ao modo de vida urbano, mas uma situação liminar em que a mulher indígena negocia, diariamente, sua identidade e seus vínculos ancestrais. Essa condição fronteiriça é retomada por Rêgo et al. (2022, p. 2), quando definem a produção de Kambeba como “poesia filosófica indígena” inscrita no contexto do Estado-nação brasileiro, em que a autora negocia, simultaneamente, o pertencimento à cidade e à aldeia, sem reduzir-se a nenhuma dessas espacialidades.





Henrique (2019, p. 127), ao examinar mulheres indígenas que “contracolonizam a literatura e as artes visuais”, mostra que tais práticas estéticas intervêm em circuitos culturais amplos, desestabilizando imagens estereotipadas e recolocando as mulheres indígenas como produtoras de conhecimento. Em consonância, Carpes (2025) enfatiza a perspectiva geográfica da produção dessas mulheres, mostrando como suas vozes atravessam e reconstituem os espaços físicos e simbólicos em que habitam.

A centralidade do corpo feminino indígena como campo de inscrição de violências e de reapropriação de sentidos, retomada por Nicácio e Costa (2024, p. 7), indica “a liquidez em três signos: sangue, leite e lucro na Amazônia com base no corpo indígena feminino”. As autoras exploram as imagens de fluídos corporais associados à exploração de recursos naturais e à mercantilização da vida, demonstrando como se produz uma equivalência perversa entre corpo e território, ambos reduzidos a fontes de extração e de lucro (*Op. cit.*, 2024). Em contraponto, Santos et al. (2023, p.14) reforçam que as narrativas de mulheres indígenas reposicionam esse corpo não como objeto de exploração, mas como princípio de vida e de organização comunitária, lugar de memória e de continuidade. O poema de Kambeba participa dessa virada, por deslocar a imagem do corpo escandalizado para outro que reclama direitos e que se insere em uma luta coletiva por território.

A amplitude das experiências de mulheres indígenas em diferentes regiões brasileiras também reverbera na produção acadêmica dedicada à compreensão dessas vozes e de seus modos de existência. Nesse contexto, Kambeba revela-se pertinente, pois, conforme observa Nogueira (2024, p. 64), sua atuação articula docência, ativismo e criação poética, constituindo uma prática educativa que transcende os espaços escolares formais e fortalece os vínculos com a ancestralidade e a memória coletiva. Em diálogo, Santos (2009, p. 44) afirma que essa multiplicidade de vozes integra uma “ecologia de saberes”, na qual diferentes formas de conhecimento coexistem e se fortalecem mutuamente, questionando a centralidade das epistemologias eurocêntricas.





Esse conjunto de reflexões permite compreender o poema “Território Ancestral” como parte de um movimento mais amplo em que mulheres indígenas assumem a palavra para reconfigurar os vínculos entre corpo, território e memória. Ao narrar a passagem da unidade comunitária para a fragmentação, da terra compartilhada para o território dividido, da celebração ritual para o exílio da aldeia, a escritora reinscreve, em chave feminina, a história de violência e resistência dos povos originários.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do poema “Território Ancestral”, de Márcia Kambeba, evidencia a força da literatura indígena contemporânea como prática estética, política e epistemológica de resistência. Ao articular corpo, terra e memória, o texto poético desvela as marcas da colonialidade sobre os povos originários, sobretudo sobre as mulheres indígenas, ao mesmo tempo em que reinscreve essas experiências em uma lógica de reexistência. A palavra poética converte-se em território de luta, no qual a autora em seu eu lírico reivindica o direito à voz, à história e à continuidade de seus modos de existir.

No poema, o corpo da mulher indígena aparece como *primeiro espaço de colonização* e, simultaneamente, como lugar de retomada e afirmação. A nudez transformada em escândalo, a língua silenciada e o “chão” destruído configuram imagens que traduzem a sobreposição de violências físicas, simbólicas e espirituais. No entanto, essa mesma corporeidade é reposicionada como sagrada, ligada à ancestralidade e à coletividade, o que permite compreender o corpo-território como base ontológica da existência indígena.

A obra também aborda a complexidade da experiência indígena na cidade, rompendo com visões fixas de pertencimento. Quando o sujeito lírico afirma que mora na cidade sem abrir mão de seu território ancestral, revela uma condição de trânsito em que a identidade se constrói entre aldeia e urbano, entre tradição e contemporaneidade. Nesse entre-lugar, a literatura assume função mediadora, criando pontes entre mundos e desafiando fronteiras

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





rígidas do que se considera saber legítimo. Assim, o poema transforma dor em ação, memória em projeto e presença indígena em intervenção concreta sobre o presente.

Conclui-se que o poema estudado reafirma a literatura indígena contemporânea como um espaço de fala incontornável e como instrumento de descolonização dos corpos, dos saberes e das narrativas. Ao ressignificar os conceitos de corpo-território, feminismo decolonial e memória ancestral, a poesia de Kambeba não apenas denuncia a violência histórica, mas propõe outros modos de existir, pensar e sentir o mundo. Nesse movimento, a voz da mulher indígena se consolida como *voz-práxis coletiva*, capaz de transformar a experiência colonial em força de luta, de reencantamento do território e de invenção de futuros em que a ancestralidade não é passado morto, mas fundamento vivo de resistência e reexistência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Oswald de. **Poesias reunidas**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 177.

BRITTO, Tarsilla C.; et al. **O avesso do direito à literatura**: por uma definição de literatura indígena. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 53, p. 1-22, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/11776>. Acesso em 25 de abril de 2026.

CAPPELLARI, Jaqueline Alice. **(Re)existência como resistência**: a literatura de Eliane Potiguara e Márcia Wayna Kambeb. Tese submetida ao Programa de PósGraduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Acesso em 20 de maio de 2026.

CARPES, Melissa Ferreira. **A Literatura das Mulheres Indígenas em Perspectiva Geográfica**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-14042026-165816/publico/2025_MelissaFerreiraCarpes_VCorrig.pdf. Acesso em 20 de maio de 2026.

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





CARVALHO, Reinaldo Forte. O Diretório Pombalino: legislação e liberdades indígenas na capitania do Siará Grande. *Saeculum – Revista de História*, v. 44, p. 455-472, 2021.

Disponível em

file:///Users/madaluz/Downloads/O_Diretorio_Pombalino_legislacao_e_liberdades_indi-1.pdf

Acesso em 20 de maio de 2026.

DANNER, Leno Francisco; DORRICO, Julie; DANNER, Fernando. A voz-práxis das minorias entre literatura e política: algumas notas desde a recente produção da literatura indígena brasileira. *Antares: Letras e Humanidades*, Caxias do Sul, v. 10, n. 20, p. 119-142, maio/agosto. 2018. Disponível em:

<https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/antares/article/view/5968>. Acesso em: 25 de abril de 2026.

DANNER, Leno F.; et al. Decolonialidade, lugar de fala e voz-práxis estético-literária. *Alea: Estudos Neolatinos*, v. 22, n. 1, p. 62-80, 2020. Disponível em:

<https://revistas.ufrj.br/index.php/alea/article/view/29025>. Acesso em: 25 de abril de 2026.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FREITAS, Karine; MENDES, Talita. **Experiências decoloniais**: Graça Graúna, Mel Duarte, Gabz e Stephanie Borges. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 69, p. 1-19, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/48407>. Acesso em: 25 Abril de 2026.

GRAÚNA, Graça. **Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

HENRIQUE, Paloma de Melo. **“A mãe terra nos anima”**: mulheres indígenas Contracolonizando a literatura e as artes visuais no Brasil. Dissertação de Mestrado em Estudos de Literatura pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

KAMBEBA, Márcia Wayna. **Poemas e crônicas: Ay Kakyri Tama Eu moro na cidade**. Manaus: Grafisa Gráfica e Editora, 2013.

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. Tradução Beatriz Perrone-Moisés. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935–952, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755> Acesso em: 25 de abril de 2026.

NICÁCIO, Rovílio de Lima; COSTA, Maria José da Silva Moraes. **A liquidez em três signos: sangue, leite e lucro na Amazônia com base no corpo indígena feminino**. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 72, p. 1-16, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/50619>. Acesso em: 25 de abril de 2026.

NOGUEIRA, Thaís Tavares. **Educação, ancestralidade e reexistência na literatura indígena de Márcia Kambeba**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará, Belém, 2024. Disponível em: https://proesp.uepa.br/ppged/wp-content/uploads/2025/05/Tese_Thais_Tavares_Nogueira.pdf. Acesso em: 21 de Maio de 2026.

RÊGO, Rogério; et al. **Ay Kakuyri Tama, eu moro na cidade: a poesia filosófica indígena de Márcia Kambeba no contexto do Estado-nação brasileiro**. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 65, p. 1-16, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/43526>. Acesso em 25 de abril de 2026.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. Em: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.



REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634



SANTOS, Fernanda A.; et al. **Índia mulher**: narrativas sobre identidade, corpo-território e autorreconhecimento. *Athenea Digital*, v. 23, n. 2, p. 1-17, 2023. Disponível em: <https://atheneadigital.net/article/view/5005>. Acesso em 25 Abril de 2026.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

VIEIRA, Neusa S. **Corpo-território indígena mulher nas universidades brasileiras**. *Revista de Ciências Sociais*, v. 53, n. 2, p. 145-163, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/65729>. Acesso em 25 Abril de 2026.

Recebido em: 22/05/2026

Aprovado em: 01/06/2026

Publicado em: 13/06/2026

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

